

EXAME DE DIREITO CONSTITUCIONAL

TAN – 20/01/2023 (90 MINUTOS)

TÓPICOS DE CORREÇÃO

I - Responda sucintamente a quatro das seguintes questões (4 x 2,5 valores):

1. Uma moção de censura pode ser construtiva?

A resposta é positiva, valorizando-se a referência a:

- Noção de moção de censura construtiva, cujos efeitos dependem da existência de uma solução de Governo alternativa àquela que se derruba, não podendo uma mera “maioria negativa” gerar a queda de um Governo;
- Sua relevância no âmbito de um sistema parlamentar racionalizado como o alemão.

2. É a existência de cargos não eletivos compatível com a soberania nacional?

A resposta é positiva, valorizando-se a referência a:

- Soberania nacional como necessariamente manifesta numa Constituição em que se consagra a separação de poderes, segundo o sistema expresso na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, considerados sobretudo os seus artigos 3.º e 16.º;
- Nesse sistema, todos os órgãos constitucionalmente previstos representam a nação, mesmo que não sejam democraticamente representativos.
- Logo, ainda que corresponda um órgão não democraticamente representativo, um cargo não eletivo é compatível com a soberania nacional.

3. Um órgão singular pode ser um órgão complexo?

A resposta é à partida negativa, valorizando-se a referência a:

- Noções de órgão singular (enquanto órgão com apenas um titular) e de órgão complexo (enquanto órgão que se desdobra em sub-órgãos).
- Um órgão complexo corresponderá, nesta razão, e por princípio, a um órgão colegial, cujos titulares titulam conjuntamente ou diferenciadamente os seus sub-órgãos.
- É pensável, no entanto, um órgão singular que, para o exercício de diferentes competências, seja desdobrado em diferentes sub-órgãos.

4. Um Estado federado é soberano?

A resposta é negativa, considerando que:

- Um Estado soberano é um Estado a que corresponde uma Constituição originária e suprema;

- Um Estado federado é um Estado a que corresponde uma Constituição originária, mas não suprema, já que subordinada ao Direito federal no âmbito da Constituição suprema do Estado federal.

5. Há fontes externas de direito constitucional?

A resposta é debatível, considerando que:

- Tradicionalmente, não faz sentido distinguir fontes internas e fontes externas. Todas as fontes seriam internas com um inerente monopólio das fontes internas (lei ou costume) no que ao direito constitucional diz respeito, sem prejuízo de a lei constitucional receber normas de direito internacional ou outras (recepção formal ou material, consoante os casos).

- O monopólio das fontes internas entrou em crise nas últimas décadas com normas internacionais e supranacionais de relevância constitucional a vigorar internamente independentemente de recepção. Neste último sentido, José de Melo Alexandrino refere-se a uma “rede de regulações constitucionais”.

II - Comente duas das seguintes situações (2 x 3 valores.):

1. No Reino Unido, é nomeado Primeiro-Ministro o líder de partido sem maioria no Parlamento.

É valorizada a referência a:

- Sistema de governo britânico como sistema parlamentar de gabinete;
- Sistema parlamentar de gabinete como tendo subjacente um sistema eleitoral maioritário uninominal a uma volta;
- Neste contexto, caráter anómalo de uma solução governativa não assente numa maioria parlamentar.

2. O Presidente dos Estados Unidos da América demite-se na sequência de eleições para o Congresso de que resultam maiorias politicamente adversas em ambas as câmaras do Congresso.

É valorizada a referência a:

- Sistema presidencial norte-americano como assente na independência recíproca entre Presidente e Congresso, ambos assentes numa legitimidade democrática direta;
- Caráter anómalo de uma demissão do Presidente em razão da existência de maiorias políticas adversas no Congresso.

3. Em França, é eleita Presidente da República uma candidata de extrema-direita, realizando-se depois eleições parlamentares de que resulta uma maioria de esquerda.

É valorizada a referência a:

- Sistema do “quinquenato” em cujo âmbito a situação regra corresponde a uma coincidência entre a “maioria presidencial” e a “maioria parlamentar”;

- Caráter anômalo de situação de “coabitação” neste contexto;
- Funcionamento diverso do sistema político francês em situações de coabitação, correspondendo-lhe então um “semi-presidencialismo” que não pode ser confundido com um “hiper-presidencialismo”.

III- Comente uma das seguintes frases (4 valores):

1. Uma república moderna apenas se deixa pensar com diferentes freios e contrapesos.

V. Luís Pereira Coutinho, *Teoria dos Regimes Políticos*, p. 75 segs.

2. O regime constitucional mantém e aperfeiçoa a racionalidade característica do Estado moderno.

É valorizada a referência a:

- Possível conceção do “Estado moderno” como regime político, bem como do subsequente “Estado constitucional”, cujas instituições características são então concebidas como externalização (elemento externo do regime constitucional) de um discurso constitucionalista (elemento interno do regime constitucional).
- No âmbito do discurso político do Estado ou (elemento interno do regime do Estado), a sua racionalidade característica é uma racionalidade instrumental em termos que explicam a afirmação de uma legitimidade legal-racional (que inere ao tratamento da “soberania” em Jean Bodin). Estas marcas permanecem no discurso constitucionalista (elemento interno do regime constitucional).
- Correspondentemente, a noção de “Constituição” concebida por este último discurso (“lei que estabelece o poder político e regula o seu exercício”) é uma formulação apurada, bem como uma consumação, da lógica de objetivação do domínio político que já se encontra presente no conceito de soberania de Bodin.
- Assim, sem prejuízo de o desenvolvimento da noção moderna de Constituição ter implicado o concurso de outros desenvolvimentos, formulados por Dieter Grimm como “condições para a emergência do constitucionalismo”.